



Revista do Poder Judiciário
do Estado do Rio Grande do Norte

REPOJURN

**Revista do Poder Judiciário do
Estado do Rio Grande do Norte**
REPOJURN

ano 03 • número 02 • jul./dez. 2023

ISSN 2764-5827

revista.tjrn.jus.br

Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte - REPOJURN

Conselho Editorial

Diretora

Des^a. Maria de Lourdes Azevêdo

Editor-chefe

Francisco Seráfico da Nóbrega Coutinho

Editores Assistentes

Rainel Batista Pereira Filho

Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior

Comitê Editorial

André de Souza Dantas Elali, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.

André Ramos Tavares, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil.

Artur Cortez Bonifácio, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.

João Batista Rodrigues Rebouças, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), Natal, RN, Brasil.

Keity Mara F. de S. e Saboya, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.

Liana Carine F. de Queiroz, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.

Pablo Stolze Gagliano, Universidade Federal da Bahia, Salvador (UFBA), BA, Brasil.

Paulo Lopo Saraiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.

Robson Maia Lins, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SO), São Paulo, SP, Brasil.

Rodrigo Costa Rodrigues Leite, Rede Anhanguera-Kroton, São Paulo, SP, Brasil.

Virgílio Macedo Júnior, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), Natal, RN, Brasil.

Equipe Editorial

Grupo de Trabalho Permanente - REPOJURN

Fernando Antonio de Vasconcelos Molick

Newton Manoel de Andrade Barretto Lins

Secretaria de Comunicação Social (Expediente)

Secretária

Andréia Ramos

Chefe da Divisão de Webdesign e Criação gráfica

Wabner Alves de Souza

Projeto gráfico e editoração eletrônica

John Willian Lopes

Identidade visual

Alison Bruno Lopes

UI/UX Design (site)

John Willian Lopes

Maxsuel Marreiro das Chagas

Desenvolvimento Web (site)

Yargo Valério dos Santos

Gilberto Carvalho

Maxsuel Marreiro das Chagas

Revisão e normalização ABNT

Grupo de Trabalho Permanente – REPOJURN

A **Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (Repojurn)** tem como missão propiciar reflexões, por meio de publicações de artigos científicos, para a promoção do pensamento jurídico e suas repercussões na sociedade, servindo como espaço qualificado de divulgação do conhecimento, não só da área jurídica, mas também de áreas afins com consequências no Direito.

Correspondência/Contact Address

Av. Jerônimo Câmara, nº 2000, Nossa Sra. de Nazaré, Natal, RN, Brasil, 59060-300

Tel: (84) 3673-8387

<https://revista.tjrn.jus.br/>

repojurn@tjrn.jus.br

Copyright © 2023. Direitos reservados ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

R454

Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte -
REPOJURN. Ano 3, n. 2 (dez. 2023). Natal: TJRN, 2023 - .
v.: il.

ISSN 2764-5827
Semestral

1. Direitos Constitucionais. 2. Direito Processual. 3. Filosofia do
Direito. 4. Direito Processual Penal. 5. Direito Administrativo.

CDU 342



Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

Dirigentes e Composição

Presidente

Des. Amílcar Maia

Vice-Presidente

Des. Glauber Rêgo

Corregedor-Geral de Justiça

Des. Gilson Barbosa

Ouvidor

Des. Dilermando Mota

Diretor da Esmarn

Des. Vivaldo Otávio Pinheiro

Vice-Diretor da Esmarn

Des. Amaury Moura Sobrinho

Diretora da Revista do Tribunal

Des^a. Maria de Lourdes Azevêdo

Des. Cláudio Santos

Des. Expedito Ferreira de Souza

Des. João Rebouças

Des. Saraiva Sobrinho

Des. Virgílio Macêdo Júnior

Des. Ibanez Monteiro

Des. Cornélio Alves

Des^a. Berenice Capuxú



SOBRE A REPOJURN

Publicada semestralmente e organizada em artigos científicos dotados de consistência e rigor, a **Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (Repojurn)** cumpre as linhas de pesquisa e editorial estabelecidas por seu Conselho próprio, além de observar os rigores principiológicos contidos nos Códigos de Ética do COPE e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Reconhecendo a diversidade temática dos conflitos apresentados à corte que abriga o periódico, e considerando os múltiplos saberes que fundamentam as decisões jurídicas, as **linhas de pesquisa** da revista acobertam:

- Direito, Jurisdição e Democracia;
- Teoria do Direito, Filosofia do Direito, Hermenêutica e Teoria da Decisão;
- Ordem Social e Econômica do Estado;
- Direito, Sustentabilidade e Meio Ambiente;
- Direito Constitucional, Direitos Humanos e Ações Afirmativas.

A Repojurn adota sistema de submissão contínua, recebendo, portanto, a qualquer tempo, trabalhos que lhe sejam encaminhados, independente de edital de chamamento ou de dossiê temático, desde que enquadrados em uma das linhas de pesquisas. Os interessados na submissão de trabalhos devem seguir as orientações e diretrizes da revista e ecaminhar os trabalhos para o e-mail repojurn@tjrn.jus.br.

A Repojurn contesta as más práticas, fraudes ou possíveis violações de ética e plágio de acordo com a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, consolidadora dos Direitos Autorais no Brasil. Os artigos submetidos à revista implicam cessão integral dos direitos autorais para divulgação impressa e/ou eletrônica, seja pelo portal da Repojurn ou por sistemas de editoração recomendados nas diretrizes de submissão. A responsabilidade pela produção intelectual é exclusiva dos autores.

Para ampliar a visibilidade, o reconhecimento, o acesso e a avaliação dos artigos publicados, a Repojurn está indexada em algumas bases de dados acadêmicas: LiVre, Latindex, Diadorim e Miguilim. Essa indexação garante que os conteúdos do periódico estejam disponíveis à comunidade científica nacional e internacional, fortalecendo sua credibilidade e impacto.

Por fim, a Repojurn está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional e oferece acesso aberto ao seu conteúdo, seguindo o princípio de disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público, bem como proporcionar maior democratização do conhecimento jurídico.



SUMÁRIO

Artigos

13

PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL NO ÂMBITO PRIVADO

OPENING REMARKS FOR UNDERSTANDING THE STRUCTURAL LITIGATION IN THE PRIVATE SECTOR

Sérgio Cruz Arenhart

45

A LIMITAÇÃO TEMPORAL DA PRISÃO CAUTELAR PREVENTIVA E SUA REVISÃO PELO MAGISTRADO: ANTECIPAÇÃO DE PENA?

THE TIME LIMITATION OF PREVENTIVE PREVIOUS DETENTION AND ITS REVIEW BY THE MAGISTRATE: ANTICIPATED PENALTY?

Aliny Aspázia Avelino Cortez Dantas
Gilson Barbosa de Albuquerque

68

ECOCENTRISMO MODERADO, A MUNDIVIDÊNCIA DA ESPERANÇA

MODERATE ECOCENTRISM, THE WORLDVIDENCE OF HOPE

Eitel Santiago de Brito Pereira

88

ASPECTOS PROCESSUAIS PENAIS ACERCA DO AGENTE INFILTRADO NAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

CRIMINAL PROCEDURAL ASPECTS ABOUT THE INFILTRATED AGENT IN CRIMINAL ORGANIZATIONS

Guilherme de Almeida Vanin

112

VERDADE POR CORRESPONDÊNCIA, VERDADE QUE SE DESVELA E VERDADE CONSENSUAL: COMO SITUAR A VERDADE REAL ENQUANTO PRESSUPOSTO PARA O JULGAMENTO JUSTO?

TRUTH BY CORRESPONDENCE, TRUTH THAT UNVEILS ITSELF AND CONSENSUAL TRUTH: HOW TO PLACE THE REAL TRUTH AS A PREMISE OF FAIR TRIAL?

Ricardo Tinôco de Góes

133

DECISÕES ESTRUTURAIS ANALOGAMENTE APLICADAS À GESTÃO JUDICIÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CASO GOIANINHA

STRUCTURAL INJUNCTIONS AFFECTED TO JUDICIAL MANAGEMENT: A REVIEW FROM GOIANINHA'S CASE

Demétrio Demeval Trigueiro do Vale Neto

147

IMPLANTAÇÃO DE MICROCHIPS EM DETENTOS PARA MONITORAÇÃO DE PENA: LINHA TÊNUE ENTRE EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E OFENSA À ÉTICA

IMPLANTATION OF MICROCHIPS IN INMATES FOR SENTENCE MONITORING: FINE LINE BETWEEN TECHNOLOGICAL ADVANCEMENT AND ETHICAL OFFENSE

Flávia de Paiva Medeiros de Oliveira
Allan Vítor Corrêa de Carvalho

163

RECURSO CONTRA ABSOLVIÇÃO POR CLEMÊNCIA NO TRIBUNAL DO JÚRI: ANÁLISE DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

APPEAL AGAINST CLEMENCY ABSOLUTION IN THE JURY COURT: ANALYSIS OF THE UNDERSTANDING FROM THE COURT OF JUSTICE OF PARAÍBA

Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho

172

UM PANORAMA ACERCA DO REQUISITO DA ORIGINALIDADE À LUZ DOS NÍVEIS PORTUGUÊS E DA UNIÃO EUROPEIA

AN OVERVIEW OF THE REQUIREMENT OF ORIGINALITY IN THE LIGHT OF THE PORTUGUESE AND EUROPEAN UNION LEVELS

Yara Medeiros da Nóbrega
Claudia Marchetti da Silva

186

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS OMISSÕES E SENTENÇAS ADITIVAS

BRIEF CONSIDERATIONS ABOUT OMISSIONS AND ADDITIVE SENTENCES

Ana Orgette de Souza Fernandes Vieira

204

A ARTE DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO DE CRIMINOLOGIA CINEMATOGRAFICA

THE ART OF VIOLENCE: A STUDY OF CINEMATOGRAPHIC CRIMINOLOGY

Fábio Wellington Ataíde Alves

219

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATO OMISSIVO EM OBRAS PÚBLICAS: ESTUDO EMPÍRICO DA JURISPRUDÊNCIA DO TJMG

CIVIL LIABILITY OF THE STATE FOR OMISSIVE ACTS IN PUBLIC WORKS: EMPIRICAL STUDY OF TJMG JURISPRUDENCE

Maria Gabriela Gomes de Melo
Francisco Seraphico da Nóbrega Coutinho

235

LAW'S ROLE IN IMPLEMENTATION OF INNOVATION POLICIES

PAPEL DO DIREITO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

Lucas do Monte Silva

246

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA DE TAXAS DE PERSONAL TRAINER POR ACADEMIAS DE GINÁSTICA: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

THE (IN)CONSTITUTIONALITY OF COLLECTING PERSONAL TRAINER FEES BY GYMS: ANALYSIS OF THE JURISPRUDENCE OF THE COURTS OF JUSTICE

Amaury Moura Sobrinho

CRITÉRIOS DE PUBLICAÇÃO
